

# TEORIA DA DIALOGICIDADE DE PAULO FREIRE: *a educação bancária na era dos transtornos de aprendizagem*

**ANA LUIZA DE FRANÇA SÁ<sup>6</sup>**

**SÍLVIA ESTER ORRÚ<sup>7</sup>**

**ANA BÁRBARA DA SILVA NASCIMENTO<sup>8</sup>**

**ROSEANE PAULO CUNHA<sup>9</sup>**

**VIRGÍNIA SILVA<sup>10</sup>**

## RESUMO

Este trabalho é um estudo inicial acerca da subjetividade social de professores de uma escola pública de Brasília, Brasil. A recorrente emissão de laudos médicos/psicológicos de transtornos de aprendizagem suscitou uma reflexão teórica para além da culpabilização da pessoa que aprende. Com base na problematização da situação da escola contemporânea, trazemos a hipótese de que a normatização das estratégias de aprendizagem por parte dos alunos, característica dos processos de institucionalização, não contribui para a emergência do sujeito que aprende. Para contribuir nessa discussão, trazemos os conceitos de diálogo e educação bancária com referência na obra de Paulo Freire, que nos ajuda a compreender de que maneira a emissão de laudos médicos de transtornos de aprendizagem faz parte de uma educação que não valoriza o diálogo, o que ressalta a condição bancária do espaço escolar atual.

---

6. Professora do Instituto Federal de Brasília. Estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB) na linha de pesquisa Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. Contato: analuizasaalvarenga@gmail.com.

7. Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora e autora de artigos científicos, capítulos e livros na área da educação inclusiva e formação de professores. Contato: seorru@unb.br.

8. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB) e professora de filosofia do ensino fundamental e médio. Investigadora e entusiasta do projeto de filosofia para crianças. Graduada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Contato: absn1307@gmail.com.

9. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB – 1995). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente no seguinte tema: classe especial, inclusão, sujeito. Contato: roseane.p.cunha@bol.com.br.

10. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Atua como docente em cursos de formação ofertados pela SEDF na área de Educação Especial. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial e formação de professores. Atualmente, é mestranda em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Contato: virginia\_s@globo.com.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Diálogo, educação bancária, transtornos de aprendizagem.

## **ABSTRACT**

This work is an initial study on the social subjectivity of teachers at a public school in Brasilia, Brazil. The recurring issue of medical/psychological reports of learning disorders raised a theoretical reflection beyond the culpability of the person who learns. From the problematic situation of the contemporary school we bring the hypothesis that the regulation of learning strategies by students, characteristic of institutionalization processes, do not contribute to the emergence of subject who learns. To contribute to this discussion, we bring the concepts of dialogue and “banking” education from the work of Paulo Freire that helps us understand how the issue of medical reports of learning disabilities participate in an education that does not value dialogue, which underscores a current “banking” condition of the school space.

## **KEYWORDS**

Dialogue, banking education, leaning disorders.

O espaço do diálogo na sociedade ocidental atual tem sido deixado em lugar secundário nas relações humanas como um todo. A possibilidade de comunicação tem ocupado espaços em que não é mais necessária a exposição de argumentos para a manutenção da relação. As redes sociais, por exemplo, têm desempenhado papel de relação, porém de forma quantitativa na maioria das vezes. O critério utilizado para designar o quão sociável alguém pode se considerar é a quantidade de amigos que possui e não a qualidade do diálogo que se estabelece. Dessa forma, todas as possibilidades de diálogo são transmitidas para o meio virtual. A ferramenta é primordial, no entanto, coisifica a relação humana, na qual, para além do espaço da comunicação, é instaurada uma linearidade de transmissão sem sentido e sem espaço de produção cultural, pois tudo aparentemente já está pronto.

Não é diferente, nos espaços escolares, das estratégias de ensino que se baseiam nessa informatização sem reflexão, o que recai em diversos entraves não só filosóficos, mas principalmente tecnológicos, e o diálogo mais uma vez é transferido para a máquina. A presença da ferramenta como meio relacional nas práticas educativas escolares exerce um poder sobre a profissão docente como se sem ela não fosse possível favorecer a aprendizagem. Ela interfere nas relações de professores com seus alunos e entre os próprios professores e a equipe gestora.

Na medida em que a máquina é a única forma de tecnologia utilizada na escola para o exercício da prática docente com intuito de produzir o material pedagógico, identifica-se a coisificação das relações estabelecidas nesse meio em que prevalece o diálogo com a máquina. Tal prática minimiza a necessária reflexão do professor na produção de estratégias de ensino que considerem o sujeito que aprende, pois a relação com o objeto de conhecimento a ser apreendido é mediada pela máquina. A quantidade de atividades copiadas, reproduzidas pela máquina, exerce fascínio sobre os professores de forma tão exacerbada que a inoperância dessa tecnologia impossibilita até mesmo a prática docente, pois nesse espaço é o papel produzido pela máquina que exercerá a função de diálogo no processo ensino-aprendizagem. Não é mais a explicação, mesmo que de forma hierárquica, que predomina nas práticas docentes. É a reprodução de materiais que estabelece a relação no ambiente escolar, num contexto em que a predominância da fala – muitas vezes, apenas a fala do professor – é substituída pelo papel, pela imagem, pelo código transferido no papel.

Assim, a comunicação que se estabelece em espaços predominantemente de aprendizagem é sempre mediada e nunca produzida, elaborada. Não há espaço para a reflexão porque a sociedade é imediatista, há vários mecanismos que “facilitam” que ela seja assim. Portanto, o diálogo, enquanto ferramenta, não pode ser usado, mas apenas utilizado como forma de informação. É pela necessidade de informar que a palavra/fala é utilizada nos espaços vários de aprendizagem e informa como utilizar a máquina.

*Tal tecnologia, presente nos espaços de aprendizagem escolarizados, também passa por outras dimensões da vida em sociedade. No caso do*

*objeto da presente pesquisa, o diagnóstico utilizado para corroborar a incompetência apenas individual daquele que recebe o diagnóstico também passa pelo aprimoramento de tecnologias cada vez mais respaldadas por um cientificismo pouco teórico a fim de comprovar a existência do suposto transtorno em que a pergunta que orienta o questionamento do não aprender não é como, mas o quê. O diagnóstico descreve um comportamento e informa ao professor que há um problema cientificamente avaliado e diagnosticado que impede o aluno de aprender, ou melhor, determinam quais as suas possibilidades na escola. O laudo médico impossibilita o diálogo do professor com a criança, pois cala o sujeito que é rotulado. A criança reflete e é lembrada a todo tempo que seu nome é um transtorno psiquiátrico.*

As relações no ambiente escolar tornam-se profissionalizadas e funcionais, não havendo espaço para o diálogo, para a construção do pensamento e do conhecimento. Os professores são aqueles que expõem os conceitos duramente decorados para exercer o ofício, enquanto os alunos, passivamente, assimilam os mesmos conceitos que pouco tempo mais tarde serão esquecidos porque não significam nada para a realidade concreta em que vivem.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, essa perversa relação se torna ainda mais grave quando a disciplina, o silêncio e a normatização do aprender passam a ser inseridas. O silêncio permite a continuação da transferência do conhecimento e cala as singularidades de cada um. Organiza-se, desse modo, dentro do cotidiano escolar, uma cultura do não falar, do não expor. Consideram as crianças pessoas sem opinião, incapazes. Por essa ótica castradora, passam os anos aprendendo a silenciar-se cada vez mais e melhor até chegarem à universidade, onde poucas vezes são incitados a expressar suas opiniões. Contraditório ou intencional, esse sistema já vem sendo discutido pela ótica educacional como fator que invalida a aprendizagem em seu sentido amplo e a manutenção do ser humano no mundo, porque não se aprende, se assimila (GONZÁLEZ REY, 2009)

A impossibilidade da fala, do direito à palavra, se configura, na escola, como um privilégio de poucos, dos professores, dos diretores, sem a menor implicação das crianças que estão inseridas na escola. Paulo Freire ressalta que

*Dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens [...]. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que esse assalto desumanizante continue (FREIRE, 2000, p. 90-91).*

A necessidade do silêncio na sala de aula e a falta de sentido da educação escolar atual são fatores que coíbem a atuação das pessoas em seus espaços, evitando-se, assim, que digam a palavra e que possam se colocar diante do objeto do conhecimento. Essas características que encontramos no cotidiano da sala de aula nos remetem ao conceito de educação bancária trazido por Paulo Freire.

Como educação bancária Freire diz:

*Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 2005, p. 67).*

Ao determinar a sabedoria instaurada em apenas um dos polos do fazer pedagógico, preconiza-se a ignorância das crianças e, ainda assim, as patologiza, pela sutil desobediência advinda dos atos compreendidos, nessa perspectiva, como comportamentos oriundos de transtornos psiquiátricos. A ordem da opressão se refina com os laudos médicos e psicológicos ao instaurar uma lógica medicalizante para justificar a não aprendizagem daquilo que se quer ensinar. O que se quer ensinar, na verdade, não é refletido, não é problematizado, é apenas depositado, esperando-se, assim, que as crianças dominem certos conteúdos, verbalizem as repetições do professor e considerem-se incapazes sempre que o educador inicia sua explicação.

A tradição explicadora da educação institucionalizada vem de muitos anos, com a criação da era escolástica do saber científico. Algumas experiências na tentativa de trazer à tona as qualidades perdidas pela era monástica, caracterizada pela busca do saber, foram realizadas por Illich em sua obra *En el viñedo del texto* (1993). O autor nos revela como uma mudança cultural dos instrumentos utilizados pelos monges para a educação modificou também a maneira como se passou a tratar o saber, que foi traduzido depois como conhecimento. A diferença entre essas duas palavras, saber e conhecimento, nos remete à reflexão acerca dos motivos do ensino na escola atual.

Por um lado, a busca pelo saber tem, em sua essência, sabor, enquanto o conhecimento, carregado de linearidade e acúmulos, precisa ser assimilado, o que traz uma nova conotação às formas de ensino estabelecidas naquela época com a inauguração da escola. Datada há mais de 900 anos, a escola, em sua concepção, com base na centralidade dada ao mestre explicador, encerra nossas crianças nos muros da ignorância alienada e alienante, como retrata Paulo Freire. Invalida a própria instituição escolar como organização histórica por isso mesmo passível de mudanças estruturais e conceituais. A própria concepção de educação marcadamente centrada na assimilação por parte dos alunos e na explicação por parte dos professores interfere na sua real proposição: a de possibilitar a aprendizagem.

É interessante perceber que mesmo que tenha acontecido há mais de 900 anos, a tradição escolar mudou muito pouco até os dias atuais, mesmo com diversos estudos que ressaltam a necessidade das práticas docentes dialógicas a fim de desenvolver a pessoa em sua plenitude. Trazer esse histórico para a compreensão do contexto no qual a escola foi produzida mostra-nos a tendência “objetualizada” da educação escolar. Se antes a mudança surgiu com a transformação tecnológica no uso do livro texto, hoje a tecnologia médica/diagnóstica nos indica as práticas

necessárias para cada aluno, fazendo da escola cada vez mais um espaço de especialistas e não um lugar de aprendizagem.

A dependência do instrumento impossibilita o diálogo, pois no espaço deixado para a fala só cabe a informação e não a comunicação. Suscitar o diálogo como peça-chave para a relação professor-aluno numa era de transtornos psiquiátricos admite a condição produtora de todas as pessoas enquanto seres humanos. Paulo Freire nos explica que:

*O diálogo não é como uma técnica apenas que podemos usar para obter alguns resultados. Também não podemos, não devemos, entender o diálogo como uma tática que usamos para fazer dos alunos nossos amigos. Isso faria do diálogo uma técnica para manipulação, em vez de iluminação. Ao contrário, o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos (FREIRE, 1980, p. 122).*

Visto que a produção do conhecimento depende e é realizada por meio do diálogo, a educação escolarizada deve se pautar principalmente por esse princípio. Mais uma vez percebe-se que o ato educativo deve ser um ato de princípios e não de conhecimentos acumulados preparados para serem transmitidos. É refletir sobre a prática educativa. Pensar como fazê-la e refazê-la novamente, em constante mudança, que surge com base no diálogo como ato comunicativo e reflexivo.

Predominantemente, a escola tem sido marcada pela necessidade da informação, falta de diálogo e necessidade de disciplina. Essas três características básicas, que resumem a condição da escola enquanto espaço institucional de produção do conhecimento, apresentam uma contradição conceitual. Como é possível produzir em silêncio, sem diálogo? A principal consequência advinda desse posicionamento da escola contemporânea é a necessidade do uso dos instrumentos médicos/ psicológicos. A condição do ser humano enquanto ser dialógico, como nos explica Paulo Freire, faz com que nos questionemos sobre o que pode acontecer com pessoas em desenvolvimento – no caso, as crianças – num espaço onde não é possível o diálogo? Há um sofrimento psicológico dessas pessoas que relutam pela sua condição humana com comportamentos que são patologizados. Tais comportamentos que se colocam contra essa prática domesticadora de educação recebem rótulos de doenças psiquiátricas e contribuem para a massificação da sociedade.

Podemos indicar que a construção social de transtornos de aprendizagem coincide com a prática bancária da educação escolar atual. Se identificamos tais características da escola como danosas ao desenvolvimento das crianças, é possível afirmar que a forma como tem sido organizado o saber escolar impossibilita a afirmação das crianças como sujeitos que aprendem. E, nesse sentido, o diálogo implica “responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos” (FREIRE, 1980, p. 127), tal como a aprendizagem numa perspectiva de desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, P. *Conscientização. Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Trad. de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. L. "Questões teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre aprendizagem: a aprendizagem no nível superior. In: MITJÁNZ MARTÍNEZ, A.; TACCA, M. C. V. R. (orgs.). *A complexidade da aprendizagem-destaque ao ensino superior*. Campinas: Alínea, 2009.

ILLICH, I. *En el viñedo del texto: Etología de la lectura: un comentario al "Didascalicon" de Hugo de San Víctor*. Fondo de Cultura Económica: México, 1993.